

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano III | 9 de Março de 2020 | Nº 99

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

Comissão mista do Congresso vota esta semana relatório da MP 905

Relator excluiu do texto a jornada de 8 horas para todos os bancários, exceto para os caixas

No dia 19 de fevereiro, às vésperas do Carnaval, o deputado Christino Aureo (PP-RJ) finalmente apresentou o seu relatório sobre a Medida Provisória nº 905, publicada por Bolsonaro em novembro do ano passado.

A pretexto de instituir o “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo”, a MP 905/19 promove, também, uma nova reforma trabalhista, além de alterar regras previdenciárias relativas ao seguro-desemprego e regras de fiscalização, autuação e multas relativas a normas de proteção ao trabalho.

Para não perder a validade (alguns dos pontos já estão em vigor), a medida deve ser votada pelo Congresso até 20 de abril.

Assim, para dar seguimento à tramitação da MP, a comissão mista (composta de membros da Câmara e do Senado) deve discutir e votar o relatório do deputado nesta semana – provavelmente, amanhã, dia 10.

O relatório

Essa MP de Bolsonaro é extremamente controversa, e a prova disso é que ela recebeu um número recorde de emendas, 1.928, das quais 476 foram acolhidas integralmente pelo relator, além de muitas outras parcialmente.

Dentre as alterações acolhidas está a ampliação do público-alvo do Contrato de Tra-

balho Verde e Amarelo. Aureo propõe que a nova modalidade de contratação, originalmente focada em jovens de 18 a 29 anos, valha também para pessoas com mais de 55 anos, desde que estejam sem vínculo formal de trabalho há mais de 12 meses.

Bancários

“No que diz respeito aos bancários, o relatório mantém a atual jornada definida na CLT, bem como o que está integralmente acordado nas convenções coletivas, incluindo a proibição de funcionamento em dias não úteis”, pontuou o relator. O texto original da MP ampliava a jornada dos bancários para 8 horas, com exceção dos caixas, e autorizava a abertura das agências aos sábados.

(Atualmente, a CLT determina que a duração normal do trabalho dos empregados em bancos é de 6 horas, com 15 minutos para alimentação, e a Lei nº 4.178/62 proíbe o trabalho aos sábados em estabelecimentos de crédito.)

Entretanto, o parecer de Aureo autoriza o trabalho aos sábados, domingos e feriados em caso de atividades bancárias em feiras, exposições, shopping centers, aeroportos e terminais de ônibus, trem e metrô, além de atividades envolvidas no processo de automação bancária, telemarketing, telemarketing, serviço de atendimento ao

consumidor e ouvidoria, serviços por canais digitais e áreas de tecnologia, segurança e administração patrimonial.

Ele manteve, ainda, o trecho da MP 905 que exclui a obrigatoriedade dos sindicatos de trabalhadores integrem a comissão paritária que discute sobre a participação nos lucros e resultados (PLR) das empresas.

Outros pontos polêmicos

Christino Aureo alterou o ponto sobre o pagamento da contribuição previdenciária por desempregados que

recebem o seguro-desemprego, para que seja opcional. “O texto garante que, caso queira exercer o direito de ser contribuinte da Previdência sobre verbas do seguro-desemprego, a pessoa deverá manifestar essa opção. Deixa de ser obrigatório, como previa a medida provisória”.

Um dos pontos polêmicos mantidos pelo relator é a liberação do trabalho aos domingos e feriados sem o pagamento da remuneração em dobro, desde que o trabalhador possa repousar em outro dia da semana.

Ao apresentar o Contrato Verde e Amarelo, Paulo Guedes falou: “Você pode escolher um sistema que tem muitos direitos e não tem emprego e um outro sistema onde você tem muitos empregos e esses direitos são o que você escolhe ter”. O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** lembra que o argumento de “menos direitos, mais empregos” é o mesmo utilizado por Temer para aprovar a reforma trabalhista – e, como se vê, trabalhadores perderam direitos, mas o índice de desemprego segue gigantesco.



Bancários discutiram MP 905 em plenária realizada no Sindicato em novembro

Campanha Salarial 2020 será antecipada

A Contraf informou na semana passada que “diante da conjuntura política e econômica do país, [...] a melhor estratégia a fim de garantir o direito dos bancários é antecipar a Campanha Salarial 2020”.

Historicamente, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** sempre de-

fendeu que as campanhas começassem mais cedo. E após a reforma trabalhista de 2017 isso se tornou uma obrigação, já que agora é vedada a ultratividade. Isso significa que convenções e acordos coletivos perdem a validade na data estabelecida – antes, CCTs e ACTs continuavam valendo até que novos documentos

fossem assinados.

Segundo a Contraf, sua minuta de reivindicações deverá ser aprovada até 9 de junho. O **Sindicato** lembra que terá sua própria pauta de reivindicações, a ser elaborada em conjunto com outras entidades ligadas à Frente Nacional de Oposição Bancária (FNOB).

Sindicato reverte duas demissões do Bradesco

Bancários trabalhavam nas agências Ezequiel e Lençóis

No mês passado, com o auxílio do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, dois bancários do Bradesco conseguiram fazer com que suas demissões fossem canceladas administrativamente.

Um dos bancários é Leandro César Garrido, de Lençóis Paulista, que inclusive já voltou ao trabalho; o outro é Gustavo Fernandes, de Bauru, que, no momento, usufrui de licença médica para tratar de sua saúde.

Ambos foram demitidos sem justa causa, estavam há mais de 20 anos atuando como bancários e tinham histórico de adoecimento por conta da rotina de trabalho.

“A reversão dessas demissões aconteceram também porque os bancários estavam com o seu histórico médico atualizado; isso é essencial”, explica Priscila Rodrigues, funcionária da BV e diretora do **Sindicato** que acompa-



nhou o retorno de Leandro, juntamente com a diretora Michele Montilha (foto).

Embora o Bradesco tenha revertido as demissões sem precisar acionar o Judiciário, sua prática não está totalmente correta, pois o banco

não realizou a abertura de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) mesmo com pedido formal dos médicos particulares dos bancários. O **Sindicato** denunciará o banco por essa prática ao Ministério Público do Trabalho.

Assembleia aprova contas do Sindicato



Os balancetes do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** referentes ao período entre fevereiro de 2019 e janeiro deste ano foram aprovados por unanimidade em assembleia ordinária ocorrida no último dia 27. Na ocasião, os três membros do Conselho Fiscal, orientaram a aprovação das contas da entidade.

Independentemente da assembleia, o **Sindicato** esclarece que suas contas são

abertas e que estão sempre ao alcance de qualquer bancário, seja ele sindicalizado ou não.

Os balanços mensais são publicados regularmente no jornal do **Sindicato**, mas o bancário que porventura quiser obter mais detalhes sobre eles pode comparecer à sede da entidade e solicitar à Secretaria quaisquer esclarecimentos. A transparência é total.

Terceirizada da CEF ganha ação de equiparação a bancários

A ação está calculada em mais de R\$160 mil. Vitória!

Em agosto de 2009, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** ajuizou uma ação para uma trabalhadora que, em outubro de 2003, foi contratada pela BSI do Brasil para trabalhar nas dependências da Caixa Econômica Federal. Ela foi demitida sem justa causa em junho de 2009, e não recebeu as verbas rescisórias. Na época, sua remuneração mensal era de R\$ 808,32.

Para o **Sindicato**, como exercia atividades tipicamente bancárias e recebia ordens de funcionários da Caixa, ela

deveria ter sua remuneração equiparada a de bancário.

Foi o que a entidade pleiteou à Justiça: que a trabalhadora fosse reconhecida como bancária, tendo de receber salário de bancária e todos os demais benefícios contidos na convenção coletiva (CCT) da categoria.

Os pedidos foram julgados parcialmente procedentes na primeira instância. O juiz Valdomiro Ribeiro Paes Landim, das 2ª Vara do Trabalho de Bauru, condenou a BSI (e, subsidiariamente, a Caixa) a

pagar as diferenças salariais do período imprescrito (setembro de 2004 a abril de 2009), com repercussão dessas diferenças nos depósitos ao FGTS, nas férias etc.

O **Sindicato** já pagou à trabalhadora R\$ 25 mil liberados pela Justiça referentes a depósitos recursais. Mas ainda falta pagar mais cerca de R\$ 140 mil e, além disso, um valor referente às PLRs. Por alguma falha, essa quantia não constou dos cálculos do perito, e só por isso a ação ainda não foi paga integralmente.

Rial 'promovido'

No dia 28 de fevereiro, o jornal Valor Econômico informou que Sérgio Rial, presidente do Santander Brasil, irá se juntar ao conselho de administração da matriz do grupo espanhol, como conselheiro executivo.

Segundo divulgação do banco, a nomeação dele será votada na próxima assembleia de acionistas. “Desde que se juntou ao Grupo Santander em 2015, Sergio liderou a transformação do Santander Brasil, aumentando sua rentabilidade de 14% para 21%. Não só os números comprovam, mas a mudança cultural que ele está levando a ca-

bo no Brasil se reflete no forte compromisso de nossas equipes e que cada vez mais clientes recomendem o Santander”, disse em nota a presidente do Banco Santander, Ana Botín. Com a nomeação do brasileiro, o conselho do Santander terá 15 membros, sendo três deles executivos: Botín, Rial e José Antonio Álvarez.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, essa “promoção” de Rial é fruto dos resultados obtidos no Brasil (maior lucro do banco no mundo) às custas de muita exploração e adoecimento dos bancários brasileiros.

Todos de preto contra o desmonte do BB

Banco tirou comissão de mais de cem funcionários Brasil afora, sendo um do Escritório Digital de Bauru

Na manhã do dia 28, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** passou por diversas agências do Banco do Brasil para falar com os funcionários sobre o desmonte da instituição. Os diretores do **Sindicato** também distribuíram panfletos e utilizaram o carro de som para denunciar à população o que está acontecendo no BB.

Além disso, os funcionários participaram do protesto vestindo roupas pretas para demonstrar sua insatisfação com os rumos do banco (no site e na página do **Sindicato** no Facebook é possível ver todas as fotos).

De acordo com as demonstrações financeiras do BB, no ano passado foram fechadas 409 agências, bem como 3.699 postos de trabalho (2.364 funcionários aderiram ao programa de demissão voluntária).

Além disso, o banco voltou a promover descomissionamentos em massa. A regional Bauru/Marília retirou a comissão de três trabalhadores na segunda quinzena do mês passado, mas em todo o Brasil os descomissionamentos



Escritório Digital

tos já ultrapassam uma centena.

No início de fevereiro, o banco lançou o “Performa: Desempenho e Reconhecimento”, um programa de metas e remuneração variável cujo primeiro efeito foi reduzir o valor da comissão da maioria dos cargos.

O programa trouxe um prejuízo duplo ao funcionalismo, pois, além de diminuir a comissão dos novos nomeados – eles receberão menos que os atuais comissionados –, também afetou negativamente o valor da PLR e de outras verbas variáveis dos que já recebem comissão.

Agora, a preocupação do **Sindicato** é que o BB promova uma espécie de rodízio,



BB Piraju



Agência Noroeste

retirando o cargo dos atuais comissionados para, então, promover outros funcionários pagando comissões de valor mais baixo. E tudo isso só está acontecendo porque o banco quer “reduzir custos”. Absurdo!



BB Avaré



Escritório Leve

O BB teve o maior lucro de sua história em 2019, de R\$ 17,8 bilhões, 32,1% maior que o lucro de 2018, e, por isso, não tem necessidade de fazer uma economia que só prejudica os funcionários e a população para beneficiar in-

vestidores.

O **Sindicato** já prepara ação para tentar inviabilizar o Performa. “Se os descomissionamentos continuarem, haverá paralisações”, avisa Paulo Tonon, diretor do **Sindicato** e funcionário do BB.

Ajuizada ação contra reestruturação da Caixa

Na semana passada, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** levou à Justiça do Trabalho a discussão sobre a reestruturação da Caixa Econômica Federal. A ação é coletiva e inclui um pedido de antecipação de tutela, que ainda não foi apreciado.

Por conta da reestruturação, diversos bancários, tanto de agências quanto de áreas-meio, já perderam a

função. Outras dezenas tiveram rebaixamento de função e, conseqüentemente, perda salarial.

De acordo com Sérgio Ribeiro, advogado do **Sindicato**, o objetivo da ação é discutir os efeitos da reestruturação com base em pontos como o direito dos trabalhadores à irredutibilidade salarial (Art. 7º, inciso VI da Constituição) e contra alterações contratu-

ais que resultem em prejuízos aos empregados (Arts. 468 e 469 da CLT).

O Art. 469 trata da proibição da transferência do empregado, sem a sua anuência, para localidade que resulte em mudança de domicílio. Funcionários que não tenham cargo de confiança (com efetivo poder de tomar decisões em nome do banco), não podem ser transferidos.

PREJUÍZO! Novas alíquotas do INSS já estão em vigor

Alteração deriva da reforma da Previdência de Bolsonaro

Começaram a valer no último dia 1º as novas alíquotas de contribuição ao INSS, estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 – a da Reforma da Previdência de Bolsonaro. As alíquotas agora são progressivas e incidirão sobre cada faixa de remuneração, de forma semelhante ao cálculo do Imposto de Renda.

Para trabalhadores do setor privado, até o mês passado havia três percentuais de contribuição (8%, 9% e 11%), e o cálculo era feito sobre o valor total da remuneração. Agora, esses percentuais variam de 7,5% a 14% e devem ser aplicados sobre cada faixa de remuneração.

Alíquotas para trabalhadores do setor privado	
Salário Contribuição	Alíquota
Até um salário mínimo (R\$ 1.045,00)	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06*	14%
	* Teto do INSS

A alíquota efetiva dos que recebem um salário mínimo (R\$ 1.045), por exemplo, passou de 8% para 7,5%. Já a dos que recebem o teto do INSS (R\$ 6.101,06) passou de 11% para 11,69%, que é o resultado da soma das diferentes alíquotas que incidirão sobre cada faixa da remuneração.

No caso dos servidores federais com regime previdenciário próprio, a alíquota máxima atual subirá de 11% para

11,69%. Para os servidores que continuarem ligados ao Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) da União, haverá novas alíquotas que podem chegar até 22%.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** essas alterações trarão prejuízos aos bancários, já que o piso inicial da categoria ultrapassa R\$ 2.100 e o tempo de contribuição aumentou com a reforma da Previdência.

PÉROLA

“As pessoas gostam de morar ali perto porque gastam menos tubo pra colocar cocô e xixi.”



O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, afirmou durante transmissão ao vivo nas redes sociais para falar das chuvas que atingiram a cidade no primeiro final de semana de março e deixou várias pessoas mortas, que as pessoas escolhem morar em áreas de risco para “gastar menos com cocô e xixi”.



Na manhã do último dia 29, entre as 9 e as 11 horas, aconteceu na sede do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** o curso “Caminho de Valorização à Vida”, organizado e realizado por voluntários do Centro de Valorização da Vida (CVV).

Os principais pontos abordados durante o evento foram a importância da autoconhecimento e da confiança tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para a construção de uma sociedade mais compreensiva, fraterna e solidária.

Sindicato oferece cursos para CPA 10, CPA 20 e CEA

Em parceria com a CPA Agora Treinamentos, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** vai oferecer para os seus associados, gratuitamente, cursos online de CPA 10, CPA 20 e CEA. A cada semestre, a entidade custeará dez vagas do CPA 10, dez do CPA 20 e também 10 do CEA. No caso de haver mais interessados do que as vagas disponíveis, o **Sindicato** dará preferência para quem tiver mais tempo de sindicalização.

O **Sindicato** já ofereceu essa vantagem para seus associados no ano passado, e, diante da boa avaliação do

CURSO CPA 10, CPA 20 E CEA ESTÃO DISPONÍVEIS!

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BAURU E REGIÃO VAI OFERECER PARA SEUS ASSOCIADOS, GRATUITAMENTE, CURSOS ONLINE

PARCERIA COM: **CPA AGORA CERTIFICAÇÕES BANCÁRIAS**

INSCRIÇÕES E MAIS INFORMAÇÕES: (14) 3102-7270

curso, vai disponibilizá-la novamente.

A CPA Agora, sediada em Bauru, alega que 95% dos seus alunos obtêm as certificações da Anbima.

Acesse o site www.cpa-adora.com.br para saber mais sobre a escola e os cursos.

Para se inscrever, entre em contato com a Secretaria do **Sindicato**: 3102-7270.

BANCÁRIOS NA LUTA

Jornal do Sindicato dos Bancários e Financieiros de Bauru e Região
www.seebbauru.org.br
contato@seebbauru.org.br

Edição: Diretoria do Sindicato. **Redação e Diagramação:** Diego Teixeira e Estela Pinheiro (com Diretoria do Sindicato).
Todas as opiniões expressas neste jornal são de responsabilidade da Diretoria do Sindicato.

Sede: Rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro, Bauru, SP - CEP 17010-040. Fone: (14) 3102-7270 / Fax: 3102-7272.

Subsede Avaré: Rua Rio Grande do Sul, 1.735. Fone: (14) 99868-5114.

Subsede Piraju: Rua Ataliba Leonel, 159, Sala 6. Fone: (14) 99838-1160.

@seebbauru

sindicatobancariosbauru

@bancariosbauru

sindicatobancariosbauru